

**“Nós” e “eles”, uma difícil relação:
conflitos entre brasileiros e imigrantes em Ponta Grossa-PR (1892-1912)**

Renata Sopelsa*

Resumo: Localizada no Caminho das Tropas ao longo dos oitocentos, Ponta Grossa abrigava uma “sociedade campeira” que vivia nas grandes fazendas, às voltas com a criação de animais. Todavia, nos primeiros anos da República, essa cidade paranaense passou a abrigar um número maior de moradores no núcleo urbano, muitos de outras regiões do país que nela buscavam melhores oportunidades de vida. A cidade recebeu ainda um número significativo de imigrantes. Para usar os termos de Norbert Elias, deu-se assim a construção de uma nova figuração social, uma sociedade formada por uma pluralidade de indivíduos que inseriram-se em diversas tramas e tensões, em diversas relações de poder. E, como era de se esperar, no encontro entre tantos “diferentes” deu-se o desencontro, o conflito aberto, o crime. Nesse sentido, é com base em processos criminais que envolveram imigrantes europeus, que esse artigo tem o interesse de analisar a ressocialização vivenciada por esses indivíduos, buscando desvelar as resistências e oposições por eles enfrentadas ao longo desse processo.

Palavras-chave: Sociedade. Imigração. Crime.

Abstract: Located in the path of the troops, on the eighteen hundreds Ponta Grossa housed a “camp society” who lived on large ranches, dealing with the livestock. However, in the early Republic, this city in Paraná state began to house a large number of urban residents, many of whom coming from other country regions looking for better opportunities. The city also received a significant number of immigrants. Using the words of Norbert Elias, thus has built a new social figure, a society formed by a plurality of individuals who were part of various plots and tensions in many power relations. And, as it could be expected, in the meeting of so many “different” the mismatch was given, the open conflict and the crime. Following this direction, based on criminal cases involving european immigrants, this paper analyzes the rehabilitation experienced by these individuals, searching to uncover the resistances and oppositions they faced during this process.

Key-words: Society. Immigration. Crime.

www.pucsp.br/revistacordis

Ponta Grossa, pequena e tradicional cidade do interior do Paraná, 4 de setembro de 1892. Final de tarde. Final de uma partida de futebol. Mas desta feita não como de costume.

Sucedeu que, nesse dia, antes mesmo que acabasse o limite de tempo do jogo o proprietário do espaço onde ocorria a disputa foi fisicamente agredido. Pedro Stremel, imigrante russo que havia se instalado na cidade há menos de uma década, e nela, tal como outros estrangeiros exercia a profissão de comerciante, foi vitimado após iniciar uma discussão com Pedro Mendes Champolim, baiano, mulato, “cortador de gado”. E desse modo, o que seria apenas mais um momento de distração e divertimento usual entre os grupos populares, acabou com um desfecho incomum, um ato violento, “uma facçãozada que abriu um profundo corte no braço esquerdo” do dono do campo. Nas horas seguintes, todos, vítima, agressor e várias testemunhas acabaram o descanso domingueiro na delegacia.

É interessante elucubrar que, uma vez instaurado o processo para averiguar o fato delituoso e estabelecer a “verdade” dos fatos, os indivíduos envolvidos no crime passaram a ser jogadores em outro campo de disputas, cujas regras lhes eram estranhas, o campo judicial.

Ao longo de alguns meses, foram interrogados repetidas vezes e apresentaram às autoridades policiais a sua versão dos fatos, usando a parte do “real” que reforçava o seu ponto de vista. Assim, de um lado estavam os depoentes elencados pelo imigrante, cujas falas apontavam que este teria sido atingido após tomar satisfação com o “mulato” acerca de uma quantia em dinheiro que havia sumido do seu caixa no correr do jogo, quantia esta arrecadada com a venda de bebidas. Já as testemunhas favoráveis a Champolim afirmavam que o réu agiu tão somente em defesa própria, pois fora antes vítima de maus tratos e agressões verbais por parte de “polaco”, que o acusou de ladrão e fez referência a sua cor de pele. Para eles, Champolim apenas se defendeu.

[...] disse a Pedro Stremel que este não queria recolher negros nem gente à toa porque brigavam, sendo que na verdade eram eles os bêbados [...] os polacos eram os primeiros a brigar. Nisso Pedro Stremel, esquentado como sempre, respondeu que ninguém ali era Homem e que se alguém fosse Homem que viesse ter com ele [...] partindo para a briga, no que Champolim puxou do facão e o agrediu [...] mas não com a intenção de matar (PROCESSO..., n. 34, 1982).¹

Analisando a conclusão do processo percebe-se claramente que foi este último discurso que logrou êxito, posto que o juiz ao desonerar o acusado justificou a sentença declarando que

[...] fica Pedro Champolim absolvido das penas previstas, pois os jurados, em sua maioria, entenderam que o réu não provocou o incidente [...] mas que

¹ A grafia original do processo foi preservada.

www.pucsp.br/revistacordis

foi injuriado [...] e em eminente perigo de vida como esta provado, puxou pela fala que sempre consigo trazia em vista da sua profissão, não com o instinto de ofender a pessoa alguma, visto não tinha outro meio de defesa [...] foi, portanto, mais a causalidade e a imprudência de Pedro Stremel a causa do desastre (PROCESSO..., n. 34, 1982).

Vitória do migrante baiano. Sucesso da sua versão dos fatos. Todavia, mais que averiguar se a sentença foi ou não justa, se o Champolim foi realmente o autor do furto e possuía ou não intenção de matar, importa perceber os conflitos sociais desvelados por esse acontecimento.

Resulta claro que o crime ocorrido naquela tarde de domingo e as afirmações e contradições contidas no processo instaurado para investigá-lo são indícios das relações de tensão e poder que atravessavam a vida e o convívio desses personagens, assim como de inúmeros outros migrantes nacionais, imigrantes europeus, moradores de outras cidades da região que vieram somar-se aos antigos moradores e que no final dos oitocentos passaram a dividir o espaço urbano da “princesa dos campos”.²

Nela, esses indivíduos passaram a tecer novas redes de sociabilidade ao mesmo tempo em que traçavam fronteiras identitárias perante o contato com desconhecidos, os “outros”. E, inequivocamente, passaram por diversas dificuldades no decorrer desse processo de ressocialização, afinal encontraram resistências, fizeram ou sofreram oposição.

Este artigo tem, portanto, o objetivo de analisar as motivações desses atos de desvio, considerando-os não somente de uma ação ou reação individual a uma situação excepcional, momentânea, mas o desenlace de questões mais profundas, como diferenças de comportamento, de valores, diferenças na forma como esses indivíduos percebiam e eram percebidos dentro da figuração social a qual passaram a pertencer: a sociedade pontagrossense das primeiras décadas da República. No entanto, para vislumbrar com mais detalhes essa figuração faz-se premente regressar no tempo, mais especificamente no tempo das tropeadas, da “tal sociedade campeira”.

Os antigos moradores

Localizada na região que ficou conhecida como Campos Gerais, Ponta Grossa possuía um passado rural, fundamentado na relação senhor-escravo como todo o Brasil imperial. Alias, cabe lembrar que essa região foi gradativamente integrada ao sistema colonial a partir do desenvolvimento da atividade mineradora nos primeiros decênios do século XVIII. Todavia, com o tempo as sesmarias concedidas a indivíduos interessados em explorar o

² Na seqüência do texto serão fornecidas mais informações sobre essa denominação.

www.pucsp.br/revistacordis

negócio da cria de animais foram sendo divididas através de venda, herança ou doação, cedendo lugar a fazendas geralmente grandiosas em tamanho.

Tais propriedades representavam verdadeiras unidades sócio-econômicas, afinal possuíam uma economia quase autárquica voltada para o comércio do gado e para uma produção de subsistência, na qual geralmente era empregada a mão-de-obra escrava. Afora os cativos, nelas também viviam os agregados, indivíduos que compunham uma camada intermediária, haja visto que apesar de livres, trabalhavam sem remuneração. Igualmente com o correr do tempo, os fazendeiros deixaram o absenteísmo para morar nessas propriedades e administrar seus negócios, que se tornavam bastante lucrativos.

Mas já nas primeiras décadas do século XIX outra atividade revelou-se mais rentável que o criatório: o tropeirismo. Atraídos pela possibilidade de aumentar seus lucros, os fazendeiros inseriram-se no comércio das tropas, percorrendo os caminhos que iam da Província de São Pedro em direção à feira de Sorocaba.

Além dos donos das tropas uma parcela significativa da população campeira integrou-se nessa atividade, “da qual participaram intensamente, estabelecendo um contínuo contato com os paulistas e riograndenses”, de modo que “os habitantes dos Campos Gerais tinham sobretudo costumes de gaúchos”. Para Salvador José Coelho, filho de fazendeiros da Lapa, esses homens possuem costumes “em muitíssimos pontos” semelhantes aos da Província de São Pedro, “pois não falando no traje que é o mesmo”, estes também andam armados e pronunciam palavras espanholas em suas conversações.

O seu falar é cheio de interjeições; usa de hiperboles atrevidas e arriscadas e de bravatas espanholas; no discurso pronuncia palavras em voz baixa e sem haver transição pronuncia outras **alteando-as**, como que por arrancos, sempre exprime os diminutos com a desinência em Ito [...]; traz na cabeça um chapeuzinho de copa rasa e abas um tanto largas [...]; por cima da camisa traz o poncho listrado e fombrado, a que se dá o nome de “pala”, feito de lã; à cintura a “guaiaca” [...]; calças mui largas com feição de ceroilas; botas de couro cru, [...]; esporas de enormes rosetas com largas presilhas e correntes, [...] chamam-nas “chilenas” (COELHO apud BALHANA; MACHADO, 1968, p. 38).

Essa descrição deixa entrever que o tropeirismo possibilitou a troca de experiências entre os indivíduos que participavam das comitivas, bem como entre estes e a população permanente das povoações espalhadas ao longo do trajeto das tropas. Conseqüentemente, essas povoações tornaram-se portadoras de uma estrutura sócio-cultural bastante semelhante entre si, pois seus moradores, além de compartilhar um mesmo vocabulário, vestuário, culinária, passaram a ter hábitos parecidos.

www.pucsp.br/revistacordis

Indo mais adiante, faz-se pertinente afirmar que na primeira metade do século XIX a população espalhada pelas vilas e pousos dos Campos Gerais construiu uma trama social singular, uma “sociedade campeira”, onde escravos, agregados, fazendeiros, velhos, jovens, mulheres e crianças conviviam em um ambiente dominado pelas lides campeiras, e dessa experiência instituindo um modo de vida específico.³

Com isso não se quer afirmar que se tratava se uma sociedade igualitária. Ao contrário, se fazendeiros e peões apresentavam formas de lazer e gestual parecidos, no que se referia à questão econômica, os primeiros encarnavam a opulência comum aos donos dos meios de produção e subsistência. Tratava-se, portanto, de uma sociedade hierarquizada e alicerçada no paternalismo desses grandes proprietários rurais (PEREIRA, 1997, p. 136).

Com o passar do tempo, aliás, esses pecuaristas e suas famílias transferiram suas moradias para as cidades, moradias que já não são tão rústicas como as do campo. Na verdade, muitas vezes nem seus costumes o eram, pois entre eles figuravam indivíduos que haviam se formado bacharéis em São Paulo, Pernambuco ou até na Europa. A exemplo dos donos das terras, também aqueles trabalhadores das fazendas que não encontravam mais colocação no campo após a expansão da invernagem dirigiram-se para as pequenas cidades campesinas.

Assim, é possível entrever um tímido crescimento dos núcleos urbanos dos Campos Gerais, entre outros motivos, desencadeado pela transferência das elites locais. Não obstante, partiu dessas famílias detentoras do poder político a iniciativa de estabelecer quais eram as formas de comportamento e os hábitos mais adequados aos moradores das cidades, estabelecendo verdadeiras “normas de urbanidade” formalizadas nos códigos de posturas municipais, normas que iam de encontro aos costumes populares.

Vale lembrar que o domínio político dos senhores das terras dos Campos Gerais entendia-se ao espaço regional. Contudo, nas décadas finais do século XIX, sua hegemonia já havia sido quebrada, pois passaram a dividir o poder político na Província com a burguesia industrial do mate que, esta sim, desfrutava de tranquilidade financeira enquanto eles estão em plena decadência.⁴

Nesse momento manifestou-se uma crise nos negócios de invernagem, que entraram em deterioração em virtude da nova conjuntura econômica nacional. Os mercados

³ A denominação “sociedade campeira” é largamente utilizada nos trabalhos do historiador Brasil Pinheiro Machado para referenciar a sociedade que compunha a população dos Campos Gerais no decorrer do século XIX.

⁴ Para a compreensão de como a exportação de erva-mate ganhou importância na economia paranaense no decorrer do século XIX, transformando-se em seu produto principal, ver o citado livro do historiador Magnús Pereira, “Semeando iras rumo ao progresso”.

www.pucsp.br/revistacordis

compradores do gado já contavam com diversas fontes de suprimento, ademais, a construção das ferrovias ligando a região cafeeira paulista ao porto de Santos gradativamente foi abatendo o transporte da produção no lombo de mulas. Mas, importa perceber que não somente o grupo proprietário foi afetado pela crise, mas toda a vida econômica da sociedade camponesa.

A este propósito é necessário salientar que, diante da evidente decadência, muitos fazendeiros venderam suas terras ao poder público, que as usou como colônias de assentamento para os imigrantes europeus. Aliás, dando prosseguimento a atividade colonizadora que havia dado resultados satisfatórios no primeiro planalto, nesse momento ocorre a extensão do programa aos Campos Gerais. Nele aportaram os “alemães do Volga”.

Os novos moradores

Com efeito, em 1877 chegaram a região centenas de imigrantes alemães, que foram distribuídos em colônias nos municípios de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa.

Vale lembrar que os primeiros grupos de europeus alemães desembarcaram no Brasil ainda nas primeiras décadas dos oitocentos, estimulados pelas políticas de colonização criadas pelas autoridades brasileiras. Segundo as idéias vigentes na época, fazia-se necessário ocupar os “vazios populacionais” e introduzir no país novas e produtivas técnicas agrícolas, ensinando-as aos terratenentes, junto com as virtudes do trabalho (NADALIN, 2001).⁵ No correr do tempo, afora os alemães, grupos de diversas nacionalidades ingressaram no país, reconhecidamente os italianos em maior número.⁶

No Paraná, esse mesmo projeto adquiriu contornos mais nítidos após a sua emancipação política, ocorrida em 1853. Na verdade, as motivações em fixar elementos estrangeiros na Província recém-criada orientou-se pela carência de gêneros alimentícios, que obrigava a população regional a importar artigos do exterior e de outras províncias, comprados a altos preços. Os imigrantes passaram a ser então considerados capazes de romper com tal carência, pois, na visão da elite paranaense, esses “colonos morigerados e laboriosos” iriam resolver a escassez de mão-de-obra, agravada a partir do remanejamento dos

⁵ Nesse contexto, centenas de imigrantes de origem alemã foram encaminhados para a Região Sul, onde fundaram, entre outras, as colônias de São Leopoldo, criada em 1824, e Rio Negro, em 1829, localizadas, respectivamente, no território que atualmente corresponde aos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

⁶ Convém lembrar que, ao longo desse século o Brasil passou por mudanças políticas e sócio-econômicas. Assim, par e passo com a caminhada para a abolição da escravatura e para a proclamação da República, a elite política no Império passou a incorporar ao projeto imigrantista a necessidade de substituir a mão-de-obra escrava pelo braço estrangeiro. Com a vinda dos italianos, resolveu-se a falta de trabalhadores nas grandes fazendas de café, ou seja, resolvia-se o problema dos latifundiários paulistas. O café era, então, o principal produto da pauta diminuta dos produtos exportados pelo Brasil nesse período.

www.pucsp.br/revistacordis

cativos para a lavoura cafeeira, e sanar a crônica crise de abastecimento com o incremento de novas técnicas de produção agrícola (NADALIN, 2001, p. 73).

Não obstante, os donos do poder político no Paraná buscavam ainda garantir a ocupação territorial e, definitivamente, excluíaam de seus planos o concurso da população indígena. Mais ainda, para eles era premente romper com a herança escravocrata, posto que o negro, “violento e nada confiável”, não possuía “condições morais, nem culturais”, para a colonização e desenvolvimento econômico da província. Alinhados ao ideário vigente em outras partes do Império, concebiam o imigrante europeu como “pacífico e trabalhador”, portanto capaz de regenerar o elemento nacional. Nesse ínterim, a imigração era considerada um “fator étnico de primeira ordem destinada a tonificar o organismo nacional abastardado por vícios de origem e pelo contato que teve com a escravidão” (NADALIN, 2001, p. 72). É importante salientar que, sem dúvida para a elite paranaense, o termo “tonificar” refletia o interesse em “branquear” a população local, mestiça, fruto da convivência entre índios, negros e luso-brasileiros.

No que tange a Ponta Grossa, inicialmente, cerca de 2.400 colonos procedentes da região do Volga foram direcionados para áreas afastadas do núcleo urbano (PINTO; GONÇALVES, 1983). Entretanto, inúmeras famílias que vieram para trabalhar na terra, acabaram em pouco tempo dirigindo-se para a cidade, afinal haviam sido assentadas em solos improdutivos.⁷

Contribuindo para a expansão do espaço urbano, **esses** imigrantes passaram a marcar sua presença na sociedade local já na técnica e estilo de construção de suas moradias. É interessante destacar que, conhecedores das técnicas de trabalho com a madeira, acabaram inovando as habitações até mesmo dos brasileiros, **pois** se tornaram excelentes artesãos, marceneiros e carpinteiros.

Além dessas atividades, **esses** indivíduos sobressaíram-se nos ramos comerciais, **pois** suas vendas iam de alfaiatarias e açougues até diversas casas de secos e molhados. Cite-se ainda o ramo dos transportes, sabidamente dominado por eles enquanto a ferrovia não havia chegado à cidade. Outros ainda alcançaram sucesso no ramo industrial, **pois** montaram pequenas fábricas de banha, olarias, curtumes e fábricas de bebidas.

Doravante, tanto os imigrantes que permaneceram no campo **como** pequenos agricultores **como** estes, que passaram a exercer atividades urbanas, juntamente com suas

⁷ Esses imigrantes foram assentados em terras vendidas ao governo provincial por fazendeiros locais, terras que eram inadequadas para a agricultura e que nada produziam, pois o solo arenoso servia apenas para o pasto.

www.pucsp.br/revistacordis

famílias, tornaram-se atores sociais nas redes e tramas de sociabilidade que formavam a sociedade ponta-grossense (BAECHLER, 1995).⁸

Com obviedade, deu-se o estranhamento entre esses novos moradores e os indivíduos já estabelecidos na cidade de longa data, herdeiros de um mundo que girava em torno das grandes fazendas e da lida com animais. Os “campesinos” certamente estranharam os europeus, sua forma de encarar o trabalho na terra, seus hábitos alimentares, padrões familiares, valores e comportamento. Tal como, por certo, também foram vistos com olhos curiosos e desconfiados por parte deles. À medida que o número de moradores crescia essa relação de reconhecimento e desconfiança ganhava contornos mais graves, e a cidade de fato crescia, agora com a chegada da **estrada de ferro**.

Novos “estranhos”...

Os trilhos chegaram à Ponta Grossa em 1894 e, em seguida, começaram a ser construídas, a partir desse ponto, duas frentes de ampliações, uma rumo ao norte em direção a Itararé e outra ao sul, inicialmente com final em União da Vitória e depois prolongada até a cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Enquanto as estações enfeitavam o quadro urbano, o cotidiano local passa a ser cadenciado pela chegada ou partida dos trens. Era por essa engenhosa e fascinante novidade que mercadorias, pessoas e informações entravam e saíam, fazendo com que a cidade pudesse integrar-se no sistema econômico não somente regional, como nacional. Sem dúvida alguma, a implantação da ferrovia contribuiu para o seu crescimento urbano e econômico, afinal além de diversas casas comerciais, nela se estabeleceram pequenas e médias fábricas que industrializavam, armazenavam e comercializavam os produtos transportados pela ferrovia, com destaque para erva-mate, madeira e gado.

Doravante as transformações no meio urbano refletiam no imaginário e no comportamento dos moradores. Excetuando-se os exageros na forma como dispõe a sua descrição, em 1912, um jornal local refere-se ao movimento das ruas da cidade:

Ponta Grossa é o centro do Paraná, incontestavelmente é o centro de sua vida comercial e industrial. Um dos segredos do progresso local, que transformou o burgo apagado de há dez anos atrás na urbs agitada e triunfal de hoje, foi, indubitavelmente, a vontade enérgica e indomável do povo pontagrossense. Essa vontade poderosa é que vai fazendo surgirem os melhoramentos que

⁸ Baechler (1995, p. 82) aponta para algumas características que a sociabilidade exige dos indivíduos que compõe uma mesma formação social, pois para integrá-la “cada um deve, de algum modo, oferecer-se aos outros como membro aceitável de um círculo de civilidade”. Ou seja, em certa medida, os participantes devem impor diversas limitações quanto a sua postura em grupo, assim como “amenizar com tato as asperezas de sua personalidade e os traços extravagantes de seu personagem social”.

www.pucsp.br/revistacordis

outorgarão à princesa dos campos o título incontestável de cidade ideal (O PROGRESSO, 20 jul. 1912).

O tom eufórico do texto é compreensível perante aquele momento em que o clima de progresso impregnava a sociedade local, como bem exemplifica o nome do citado jornal. Empolgados com as mudanças ocorridas a partir da chegada da estrada de ferro, alguns grupos passaram a chamar a cidade por um cognome bastante sugestivo: “princesa dos campos”.

No entanto, importa-nos mais perceber que a chegada dos trilhos acelerou um movimento que já existia, ajudando a atrair de maneira mais incisiva a entrada de novos moradores, migrantes em busca de trabalho, pessoas vindas de diversas cidades do Paraná, muitas de Guarapuava ou de Curitiba, ex-peões das fazendas da região, gaúchos, baianos ou estrangeiros e seus descendentes. Pode-se mesmo afirmar que a “sociedade campeira” nesse outro contexto histórico deu lugar a “sociedade ponta-grossense”, um espaço coberto por uma pluralidade de personagens sociais.⁹

Antigos e novos e estranhos: problemas de convivência

Nesse sentido, é válido pensar que nesse outro momento histórico a antiga cidade campesina tornou-se uma estrutura de indivíduos interdependentes, para tomar de empréstimo as palavras de Norbert Elias (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Autor de um importante trabalho para a compreensão sobre a relação entre “indivíduo” e “sociedade”, o sociólogo afirma que “cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a essas outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos”. Tal dependência se deve ao fato de cada pessoa desempenhar uma função na sua configuração social, função esta totalmente vinculada à estrutura específica dessa configuração e ao período histórico em que se encontra. “Todas essas funções interdependentes, as de diretor de fábrica ou mecânico, dona-de-casa, amigo ou pai, são funções que uma pessoa exerce para outras, um indivíduo para outro indivíduo”. Mais ainda, cada uma dessas atividades funcionais depende das funções de terceiros, e vice-versa. Assim, “é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade” (ELIAS, 1994, p. 22-23).

⁹ Segundo dados catalogados a respeito da realidade populacional de Ponta Grossa, em 1870 a cidade contava com 6.480 habitantes, dos quais 1.490 estavam no meio urbano; em 1900 sua população era de 8.335 habitantes, dos quais 3.550 eram moradores do meio urbano. Já em 1920 o número de habitantes da cidade passou a 20.171.

www.pucsp.br/revistacordis

No entanto, a vida conjunta e interdependente desses indivíduos no espaço urbano da principal cidade dos Campos Gerais não resultava na perda de sua individualidade. Permanecendo na linha interpretativa apontada pelo autor alemão, apreende-se que numa sociedade cada indivíduo percebe-se a si mesmo como um ser humano particular, mas somente lhe é possível edificar tal consciência perante a convivência com os demais. Todos possuíam seus traços distintos, seus valores particulares que comumente aproximavam-se daqueles exibidos pelas pessoas que lhes eram mais próximas e que faziam parte do seu convívio mais assíduo, que faziam parte do seu grupo. Passavam, então, a reconhecer-se e representar a si mesmos como membros de um grupo específico face aos outros que, com o seu, disputam espaço e poder.

Tal sentimento transparece no número de associações com motivação étnica, ou mesmo de classe, que foram criadas enquanto Ponta Grossa se modificava. Desse modo, enquanto a elite formada por proprietários rurais freqüentava o Clube Ponta-Grossense, os imigrantes criaram suas próprias entidades recreativas, tais como o Clube Germânia, a Sociedade Polonesa Renascença e a União Síria Ponta-Grossense, cujos nomes indicam a quais etnias representavam; o clube Dante Alighieri e o 13 de Maio, onde se encontravam respectivamente pessoas de origem italiana e descendentes de escravos.¹⁰

Portanto, com base nas premissas apontadas por Norbert Elias (2000), entende-se os moradores de Ponta Grossa como o conjunto das relações de interdependência e reciprocidade entre uma multiplicidade de indivíduos, bem como entre os grupos sociais por eles formados. Indo mais além na análise, e seguindo ainda na esteira de Elias, pode-se dividi-los em dois grandes grupos, entre “estabelecidos” e “outsiders”.

Resguardadas as profundas diferenças históricas entre os grupos investigados por Elias na pequena cidade do interior da Inglaterra e estes que pertenciam à sociedade pontagrossense, torna-se plausível uma aproximação com a perspectiva de análise do autor. Assim, tomando-a como exemplo, percebe-se que os moradores que há mais tempo habitavam Ponta Grossa, alguns não somente ocupavam as posições de prestígio, como também serviam como modelos de conduta dentro dessa configuração social. Entenda-se como “estabelecidos”, portanto, os descendentes dos primeiros povoadores ou proprietários das grandes fazendas que existiam na região, indivíduos que haviam herdado não somente um patrimônio material, mas, sobretudo, simbólico no campo político e econômico, fator que lhes rendia um determinado status social. Muitos permaneciam na atividade pecuarista, outros atuavam como

¹⁰ Todos esses clubes sociais foram fundados no período contemplado por este artigo.

www.pucsp.br/revistacordis

juízes, advogados, médicos e políticos. Homens e mulheres e crianças que compartilhavam determinadas crenças e valores.

A eles juntavam-se moradores de renda mais modesta porém igualmente portadores da crença de que faziam parte de um grupo mais antigo, no sentido de residência na cidade. Há que se pensar ainda que o tempo convivência e vivência no espaço urbano lhes permitia conhecer o histórico familiar de cada um dos membros desse grupo. Assim, tal como apontou Elias (2000), pertencer a uma “família antiga” significava não apenas ter pais, avós e bisavós como todo mundo, mas que seus pais, avós e bisavós são conhecidos em sua comunidade, em seu meio social, e são geralmente conhecidos como pessoas de bem.

Mas, para além desses motivos de coesão, havia a crença de que todos os membros compartilhavam de um único conjunto de normas, assim como dos mesmos anseios e projetos. Ora, assim como a elite que assumiu o poder político do Brasil nesse outro momento histórico, a elite ponta-grossense era defensora do que seria um modelo europeu de sociedade ordeira e progresso econômico.

Cabe lembrar que no final do século XIX e início do XX o país experimentou mudanças políticas e sociais. Foi instaurado um outro sistema político. Nasceu a República. Contudo, ao fim e ao cabo, a realidade sócio-econômica e cultural do país era caracterizada mais por permanências do que por rupturas com o período imperial (CARVALHO, 1987).¹¹ No que concerne ao poder público, pode-se afirmar que houve uma continuidade, embora tenha adquirido outras nuances, do discurso em defesa do progresso, da ordem e o desejo por disciplinar as massas populares, construindo assim um mundo social à moda francesa.

Ponta Grossa, contudo fosse acanhada em número de habitantes se comparada as maiores cidades do país, abrigava um grupo político que buscava acompanhar tais preceitos de “modernização” do espaço urbano e repreensão dos grupos populares, vistos como ameaça a construção dessa nova sociedade. Logo, qualquer indivíduo que pertencesse a esses grupos era visto com desconfiança. Esses eram os “outsiders”.

Com efeito, entre estes estavam aqueles indivíduos e grupos que há bem menos tempo participavam da sociedade local, os novos moradores aludidos anteriormente no texto, migrantes de várias cidades e regiões do Paraná e do Brasil, e imigrantes europeus. Decerto, eram estes últimos que sentiam mais profundamente a relação de estranhamento e a difícil aceitação na sociedade ponta-grossense, dada as diferenças entre esta e sua região de origem.

¹¹ De acordo com Carvalho (1987), “a República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas”, antes deu continuidade aos valores e idéias vigentes no Império.

www.pucsp.br/revistacordis

Concerne que, refletida e irrefletidamente, esses “estrangeiros” buscaram relacionar-se com os grupos já existentes e deixar para trás a imagem de “recém-chegados”, sendo levados a fazer ajustes em seu comportamento e mudanças em seus hábitos, visando integra-se as normas e valores característicos desse novo mundo social. Passaram, nesse sentido, por uma espécie de processo de contenção de certas emoções, instintos e traços de personalidade para fazerem-se aceitos pelos “outros” moradores (ELIAS, 1993).

Todavia, longe de deixar-se submeter totalmente ao grupo estabelecido, esses imigrantes e também os migrantes nacionais desmistificavam a sociedade ideal pretendida pelo primeiro grupo, reinventando o espaço urbano, num jogo de resistência e oposição. Vez após outra escapavam a essa relação de coerção, posto que tal processo jamais conseguiu retirar-lhes os traços mais profundos de personalidade. Gostavam de beber, de jogar cartas, de dançar... gostavam de festejar... e nisso pouco ou nada importava a reprovação ou não das família antigas.

Os conflitos

Buscando vivenciar esse novo mundo social a sua maneira, haja visto que igualmente necessitavam de momentos dedicados ao lazer e a descontração, homens, mulheres, muitos ainda na juventude, freqüentavam corridas de cavalo, jogos de futebol e de cartas, bailes e diversões, promovidos em casas de família e, não raro, em pequenas casas comerciais.

E como não poderia deixar de ser, ainda mais em se tratando de pessoas em processo de ressocialização, era nesses encontros que essas pessoas expressavam suas tensões, suas censuras, traçavam fronteiras, produziam e/ou afirmavam identidades na convivência com indivíduos de outra nacionalidade, do sexo oposto, de outra faixa etária ou nível econômico e social. Ou seja, era nesses momentos lúdicos que as diferenças e divergências ganhavam gravidade. Não obstante, muitos acabavam em confronto aberto, físico inclusive. Muitos acabavam em crime.

Porquanto terminassem em fatos delituosos, esses encontros festivos davam origem a processos criminais, nos quais pode-se aferir claramente as clivagens culturais e disputas entre o grupo de “outsiders”.

Cite-se o relato de uma testemunha que afirmou “estar dançando no baile quando um polaco lhe contou sobre homens que queriam acabar com a festa” (PROCESSO..., 1896).¹²

¹² Embora não sejam citadas para a elaboração desse artigo, utilizou-se dez processos criminais como fonte, todos pertencentes ao período que vai de 1892 a 1912, e que atualmente encontram-se no acervo judicial do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

www.pucsp.br/revistacordis

Este baile, assim como os outros citados nos processos, ocorreu na casa de um comerciante de origem européia, as chamadas casas de secos e molhados que ocasionalmente, à noite, fechavam as portas e cediam espaço a festividades. Pode-se pensar, desse modo, que esses imigrantes eram afeitos a esse tipo de festas, onde a dança era entremeada por conversas e comidas.

Portanto gaitas, tocando violão, cantando ou dançando, jogando e namorando, os imigrantes estão presentes em **todos as** “festas” narradas nos processos. **Nas suas falas aos delegados e juízes, os bailes são descritos sempre como sendo “de sociedade”, “de boa sociedade”, “de família”.**¹³ Terminam em desavenças, mas isso se deve aos brasileiros, que não sabem respeitá-los, que forçam a entrada, não respeitam as mulheres, e que advertidos sobre a conduta inadequada os agridem, seja com golpes de porrete, com facadas e “facãozadas”, seja a tiros ou com um copo de cachaça lançado à cabeça.¹⁴

Ao fim e ao cabo, esses processos revelam dois tipos de conflitos vivenciados na sociedade ponta-grossense. O primeiro entre os próprios “outsiders”.

Efetivamente, na quase totalidade das falas faz-se o uso corriqueiro de termos que remetem a determinados traços étnicos, porém carregados com uma conotação pejorativa ou ainda de estereótipos que visam desmoralizar os grupos de origem. Nesse sentido, não raro os personagens lançavam mão de expressões como “o polaco” para referir-se a qualquer imigrante, fosse ele russo, alemão ou austríaco, e “o negro” para qualquer indivíduo cujo tom de pele fosse diferente do europeu. Acrescia-se ainda defeitos que seriam característicos a todos os membros de um grupo e do outro, pois todo “polaco” seria “bêbado, enquanto todo “negro” era “vadio” e propenso a “malandragem”.¹⁵

Pode-se depreender desse fato que esses indivíduos encontravam-se numa relação de tensão, a qual possivelmente decorria da disputa mesmo que velada por uma melhor colocação dentro da sociedade ponta-grossense, fosse ela profissional e social. Ademais, esses embates eram produto natural das dificuldades relativas a qualquer processo de reconstrução de redes de sociabilidade e, por que não pensar, de uma nova identidade social, pois todo processo de mudança requer uma releitura não somente do novo mundo social mas de si mesmo. Importa-lhes, portanto, construir a melhor visão de si que pudessem alcançar e, para isso, era premente ver no “outro” um indivíduo, humana e moralmente, inferior (ELIAS; SCOTSON, 2000).

¹³ Esses termos aparecem em vários processos.

¹⁴ Informações retiradas das fontes.

¹⁵ Os termos entre aspas foram retirados do citado processo.

www.pucsp.br/revistacordis

O outro conflito, gerido a par, se dava entre eles, os outsiders, e as famílias estabelecidas e donas do poder político e jurídico da cidade.

Para esse grupo, que buscava normatizar o comportamento e os hábitos no espaço urbano, não raro opondo-se às práticas populares ou classificando-as como sinais de atraso cultural de uma nação que se queria similar a Europa, esses novos moradores eram representantes de uma classe de desordeiros, bagunceiros, eram indivíduos fora das normas.

É importante refletir sobre a maneira como os membros do judiciário interpretavam a participação nessas reuniões populares, de homens brancos, portadores ou herdeiros de uma cultura européia, que teoricamente deveriam aplicar-se com vontade ao trabalho e à família, logo que fugiam ao estereótipo romantizado do colono trabalhador. Acompanhando o andamento dos processos criminais, nos é dado a pensar que havia uma forma velada de repreensão aos imigrantes, dado a quase ausência de condenações aos réus que atentaram contra a vida desses elementos.

Nesse sentido, não surpreende o resultado do processo citado no início do trabalho, pois os membros do grupo aqui denominado como “estabelecido”, ao analisar os fatos e decidir por uma sentença, foram ao encontro às seus valores e visão de mundo. Ora, embora baiano, o réu exercia uma profissão bastante conhecida, muito comum numa cidade com passado ligado a cria de animais, era “cortador de gado”. De resto, carregar a faca consigo era também hábito normal nesse universo campeiro, e mesmo que proibido no meio urbano, era ainda corriqueiro no espaço rural. Ou seja, o mulato baiano estava mais próximo ao mundo social conhecido pelos antigos moradores do que o imigrante, que por sua vez fugia ao modelo de colono por eles pretendido.

Dessa maneira, embora pesasse a agressão física, a facçãozada no imigrante, que poderia certamente ser interpretada como tentativa de homicídio, jurados e juiz preferiram enquadrar o caso como uma legítima defesa.

Conclusão

Ponta Grossa, pequena mas desejosa de igualmente usufruir dos benefícios trazidos **expressivo incremento** da economia nacional e regional, a igualmente passar por um crescimento urbano e a seguir o modelo burguês que inspirou os primeiros momentos da República, na realidade, não conseguiu romper com seus padrões e valores culturais.

Nesse sentido, **a medida deixava** de ser um ponto de passagem das tropas onde morava uma população basicamente composta por famílias proprietárias e antigos moradores das fazendas, ou como já foi dito, por uma sociedade campeira, para ser uma cidade atrativa a

www.pucsp.br/revistacordis

entrada de novos moradores interessados em inserir-se no mundo urbano, a sociedade local se manteve bastante tradicional. E, por que não afirmar, até receiosa em relação a esses ‘estranhos’.

Por seu turno, migrantes e imigrantes forçosamente passaram por percalços, angústias e enfrentamentos para conseguir seu lugar nessa figuração social. Com base nessas premissas, tornou-se lícito visualizar os migrantes e, sobremaneira, os imigrantes apontados nos processos criminais como um grupo de “outsiders” que acabou vivenciando diversos antagonismos.

Mais uma vez dialogando com Elias, entende-se que os processos migratórios, “às vezes, são concebidos simplesmente como aspectos geográficos: tudo o que parece acontecer é as pessoas se deslocarem fisicamente de um lugar para o outro. Na realidade, elas sempre se deslocam de um grupo social para outro. Sempre têm que estabelecer novos relacionamentos com os grupos já existentes”. Todavia, esse processo de ressocialização nem sempre transcorria de maneira tranqüila, sem traumas, sem desencontros. Perante os evidentes indícios fornecidos pelas fontes, para muitos imigrantes esse processo foi bastante tumultuado.

Nesse sentido, embora esses indivíduos tenham modificado suas “idéias” e “necessidades” a partir da sua inserção na sociedade ponta-grossense – posto que também nela eram atores participantes do eterno tecer e destecer das relações sociais e não seres imóveis e imutáveis – não puderam escapar do embate com os moradores estabelecidos em Ponta Grossa.

No entanto, muitos alcançaram o objetivo de se “estabelecer” na cidade em pouco tempo, vencendo com seu trabalho as resistências e conquistando o respeito e muitas vezes a amizade dos antigos moradores e também dos novos.

Alguns, entretanto, não atingiram o objetivo de melhorar de vida, que sem dúvida era uma das principais motivações para aventurar-se nesse outro mundo social. Para eles, as ilusões se desfizeram. Como foi averiguado através dos processos crimes, existiram também os fracassados, os contraventores, aqueles que escolheram ou foram empurrados para um papel a margem na sociedade ponta-grossense. Mais que outsiders, passaram a ser vistos como indivíduos desordeiros, amorais. Para uma última vez dialogar com Elias, e com as fontes, estes ficaram de fora da chamada “boa sociedade”.¹⁶

¹⁶ A denominação “boa sociedade” aparece nas fontes criminais usadas nesse artigo, assim como nas entrevistas utilizadas por Norbert Elias em seu livro “Estabelecidos e outsiders”, sendo que em ambas as fontes tem o

Referências**Bibliografias**

BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (Org.). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

BALHANA, Altiava Pilatti. Política imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 12, maio/jun., 1969.

_____; MACHADO, Brasil Pinheiro. *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *A Sociedade de Corte*. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. I e II.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: EDUSP, 2001.

GONÇALVES, Maria Ap. Cezar; PINTO, Elisabete Alves. *Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa: UEPG, 1983.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense*. Curitiba: UFPR, 1996.

PINTO, Elisabete Alves; GONÇALVES, Maria Aparecida. *Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda, 1983.

Fontes

O PROGRESSO. Ponta Grossa, 20 de julho de 1912.

PROCESSO criminal, Laurindo Alves de Araújo, pasta 198, ano 1896.

mesmo valor valorativo, referindo-se a indivíduos que acreditam pertencer a grupos com maior valor humano e moral.

www.pucsp.br/revistacordis

PROCESSO criminal, Pedro Mendes Champolim, A, n. 134; processo de Desacato e Desobediência iniciado em 04 de setembro de 1982.

* Renata Sopelsa é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista da Capes e integrante da Linha de Pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexões e sentimentos na História, do GT Nacional de História Cultural. E-mail: <rsopelsa@yahoo.com.br>.

Recebido em fevereiro de 2009; aprovado em junho de 2009.